

ESCRITURA PARTICULAR DA 13ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BRASKEM S.A.

Pelo presente instrumento particular,

BRASKEM S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1.561, Pólo Petroquímico, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "Agente Fiduciário");

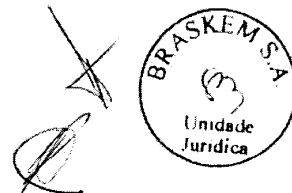
vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura Particular da 13ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Braskem S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de abril de 2005 ("RCA"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas, escriturais, em série única (a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Oferta" e a "Instrução CVM 400", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia (a “JUCEB”) em 18 de abril de 2005, sob o nº 96609947, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais “Gazeta Mercantil”, edição nacional, e “A Tarde” em 27 de abril de 2005.

2.2. Inscrição da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEB, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, em até 10 (dez) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicável.

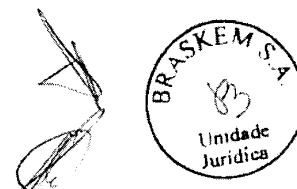
2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”).

2.5.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário (i) no Sistema Nacional de Debêntures – SND (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (a “BOVESPA”), custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”), segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da CBLC, conforme o caso.



CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (ii) a produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (iii) a participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (iv) a fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e outros derivados de petróleo.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 13ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, podendo, a critério da Emissora ser majorada para até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao pagamento de diversas obrigações de principal e de juros devidos no curto prazo decorrentes de operações de mercado de capitais no exterior..

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições, inclusive no tocante à definição da Remuneração, definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Bradesco S.A. e o Banco Pactual S.A. (o “Contrato de Distribuição”).

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto (conforme abaixo definidos) aos investidores.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a



partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta (o “Prazo de Colocação”).

3.6. Limite Legal

A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que (i) o capital social da Emissora é de R\$3.402.968.293,84 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da décima-segunda emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), totaliza R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), ou R\$660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais) no caso de majoração do valor da emissão e da quantidade de Debêntures conforme disposto na Cláusula 3.3 acima.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, podendo ser majorado para 36.000 (trinta e seis mil) Debêntures, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM, observado o disposto no item 3.3. da Cláusula III acima.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão é realizada em uma única série.

4.1.4. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, quando depositadas no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações.



4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de junho de 2005 (a “Data de Emissão”).

4.1.9. Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de junho de 2010. Por ocasião da data de vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela, do principal das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração devida naquela data.

4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 106% (cento e seis por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”).

4.2.1.1. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará o percentual da Taxa DI que será aplicável as Debêntures.

4.2.2. Atualização. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

4.2.3. Juros Remuneratórios

4.2.3.1. Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.2.1. acima, da acumulação da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Remuneração”). A definição da taxa de juros será realizada em processo de *bookbuilding* e será objeto de aditivo à presente Escritura de Emissão.

4.2.3.2. Periodicidade de pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2005 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.



4.2.3.3. Fórmula para cálculo da Remuneração. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

- JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN = Valor Nominal unitário, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e
- FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = Percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido em procedimento de *bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times S)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times S)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.2.3.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.3.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.6. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro legal que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da substituição, realizar Assembléia Geral de Debenturistas para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.3.6.1. Caso não seja apontado substituto legal à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, realizar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.7. Na Assembléia Geral de Debenturistas a que se referem os itens 4.2.3.5, 4.2.3.6 e 4.2.3.6.1 acima, titulares de Debêntures representando pelo menos 2/3 (dois terços) do total das Debêntures e a Emissora, decidirão ou ratificarão, conforme aplicável, o novo parâmetro de remuneração. Em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último



pagamento da Remuneração. Neste caso, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. As Debêntures assim resgatadas serão canceladas pela Emissora.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com o item 4.2. acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

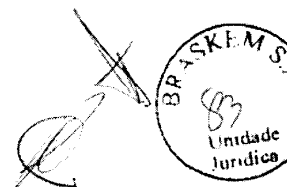
4.3.2. Pagamento da Remuneração: Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro período de pagamento devido em 1º (primeiro) de dezembro de 2005.

4.3.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os Debenturistas que não estejam depositadas em custódia vinculada à BOVESPAFIX e/ou ao SND.

4.3.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum



rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.3.8. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada.

4.4. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.6. Resgate Antecipado

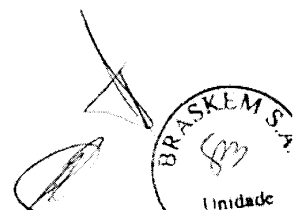
Observado o disposto no item 4.2.3.7 acima, não haverá resgate antecipado das Debêntures.

4.7. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.8. Liquidez e Estabilização

Não serão celebrados contratos de estabilização de preço ou de garantia de liquidez, tendo por objeto as Debêntures.



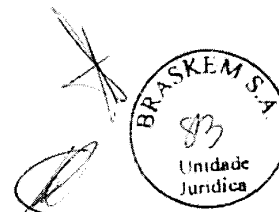
4.9. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais “Gazeta Mercantil”, edição nacional, e “A Tarde”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - internet (www.braskem.com.br).

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.1.1 e 5.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Evento de Inadimplemento”):

- I. (a) decretação de falência da Emissora ou de qualquer Controlada; ou (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por qualquer Controlada (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementarará a atual legislação sobre falências e concordatas);
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- III. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- IV. as declarações previstas na Cláusula 9.2. desta Escritura de Emissão provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- V. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou



má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

- VI. não pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada, de qualquer Dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte da Emissora ou Controlada (conforme o caso);
- VII. mudança do objeto social da Emissora;
- VIII. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- IX. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- X. a Emissora ou qualquer Controlada, incorrer ou emitir, direta ou indiretamente, qualquer Dívida (conforme definido abaixo), salvo se o índice e limite financeiro Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido abaixo), já refletindo a Dívida a ser incorrida, for inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) para 1 (um), não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que houver o respectivo desenquadramento, sendo certo entretanto que a Emissora e qualquer Controlada poderá sempre emitir ou incorrer em Dívida cujos recursos sejam utilizados para refinanciar qualquer Dívida existente, limitada ao mesmo montante e com vencimento igual ou superior ao vencimento da Dívida refinanciada. Em caso de aquisição, incorporação, fusão, cisão ou alienação de ativos ou participações societárias pela Emissora e/ou qualquer Controlada ocorrida no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior a uma data de apuração do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o cálculo do EBITDA será realizado mediante elaboração de demonstrativo de resultado consolidado pro forma da Emissora na respectiva data de apuração do índice, relativo ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior, de forma a sempre refletir (no caso de aquisição, incorporação ou fusão) ou excluir (no caso de cisão ou alienação) o resultado de tais ativos ou participações societárias nos últimos 12 (doze) meses.

As seguintes definições aplicam-se à presente Cláusula 5.1:

"Controlada" significa qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica da qual, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto seja de



titularidade, direta ou indiretamente, (a) da Emissora; (b) da Emissora e de uma ou mais Controladas da Emissora; ou (c) de uma ou mais Controladas da Emissora.

"Dívida" significa qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional, conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM

"Dívida Líquida" significa em qualquer data de apuração, o valor agregado da Dívida da Emissora e suas Controladas consolidadas decrescido do somatório de (sem duplicação) caixa e equivalentes, aplicações e receitas financeiras e títulos e valores mobiliários, conforme cada um dos itens acima são reportados nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"EBITDA" significa, relativamente ao mais recente período concluído de 4 (quatro) trimestres consecutivos, receita líquida consolidada menos custo consolidado de vendas e/ou serviços menos despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais depreciação ou amortização incluídas no custo consolidado de vendas e/ou serviços e nas despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais outras receitas operacionais consolidadas menos outras despesas operacionais consolidadas, conforme cada um dos itens acima são reportados nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"Dívida Líquida/EBITDA" significa, a qualquer tempo, a relação de Dívida Líquida na data da apuração pelo EBITDA.

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens I e II acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.2. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nos subitens III até X acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo entretanto que caso a Emissora comprove que o evento objeto da convocação da assembléia geral dos debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os debenturistas, por decisão dos titulares de, no mínimo, 1/3 (um terço) das Debêntures em circulação, deliberar

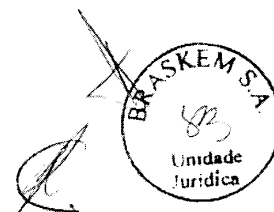
pela não declaração do vencimento antecipado, caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da mesma assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias a apuração do índice a que se refere o subitem X do item 5.1. da Cláusula V acima - e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado estipulado na Cláusula V;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias a apuração do índice a que se refere o subitem X do item 5.1. da Cláusula V acima - e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado estipulado na Cláusula V;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM;
- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (e) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de



Inadimplemento, 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "Instrução 358/02"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto; e

6.1.2. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.4. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.5. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento destas.

6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

CLÁUSULA VII

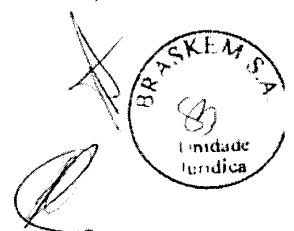
AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. - DTVM, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

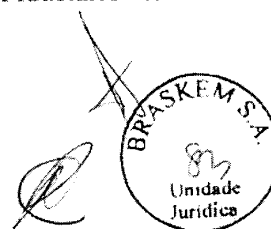
7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma



remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a Data de Subscrição das Debêntures e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item “a”, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no subitem (b) acima;
- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em



assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

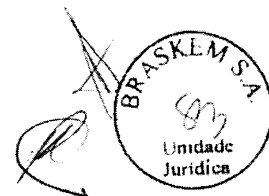
7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCEB.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

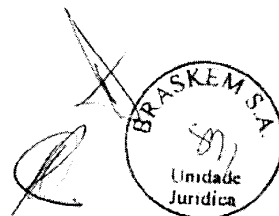
7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente



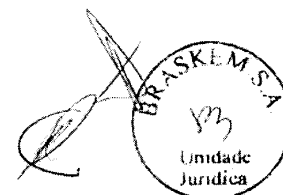
Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (j) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou



entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;

- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
 - (l.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (l.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (m.1) na sede da Emissora;

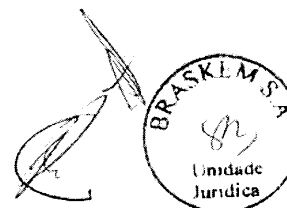


- (m.2) no seu escritório, localizado na Av. das Américas, no 4.200, Bloco 04, Grupo 514, Rio de Janeiro - RJ;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na BOVESPA FIX e no SND; e
 - (m.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (n) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
 - (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e Escriturador, a CBLC e/ou a CETIP;
 - (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BOVESPA;
 - (r) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos



Debenturistas; e

- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

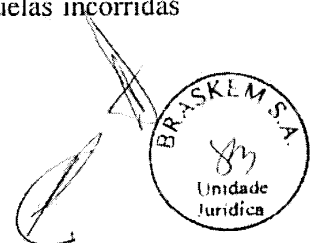
7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas



com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

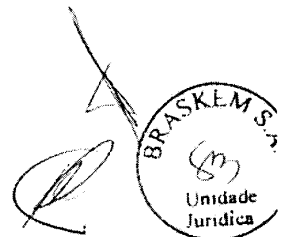
8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.



8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

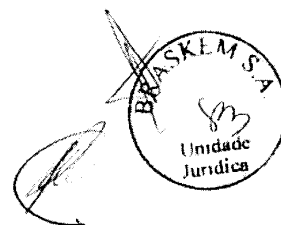
8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, observado que (i) alterações na Remuneração e/ou garantias e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura; e (ii) a aprovação prévia a que se refere o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.



CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

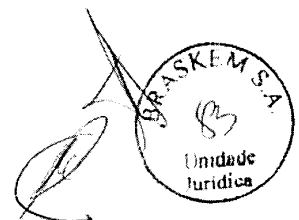
9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

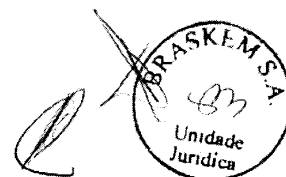
9.1.1. O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula 9.1.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;



- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (e) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas Controladas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas Controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou suas Controladas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto doravante denominados “Prospecto”) conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível.
- (i) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (j) que não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas, diretas ou indiretas e coligadas, ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta,



faça com que alguma declaração do Prospecto seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;

- (k) as demonstrações financeiras da Emissora, constantes dos Prospectos, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas, diretas ou indiretas, nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) exceto pelas informadas no Prospecto, não há, nesta data, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas, diretas ou indiretas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- (m) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures.

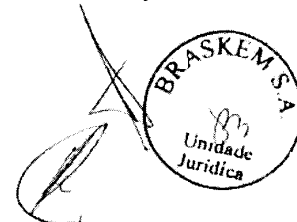
9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela



Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

<u>Para Emissora</u>	Braskem S.A. Rua Eteno, 1.561, Pólo Petroquímico 42810-000 – Camaçari, BA At. Diretor de Relações com Investidores Telefone: (11) 3443-9661 Fac-símile: (11) 3443-9532 E-mail: paul.altit@braskem.com.br	
<u>Para o Agente Fiduciário</u>	PENTAGONO S.A. DTVM Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ At. Maurício da Costa Ribeiro Telefone: (21) 3385-4565 Fac-símile: (21) 3385-4046 E-mail: mrribeiro@pentagonotrustee.com.br	
<u>Para o Banco Mandatário e Escriturador</u>	Banco Bradesco S.A. Av. Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar – Cidade de Deus 06029-900 - Osasco, SP At. Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli Departamento: Ações e Custódia Telefone: (11) 3684-4522 Fac-símile: (11) 3684-5645 E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br	
<u>Administradora do sistema de negociação</u>	ANDIMA Av. República do Chile, 230, 13º andar CEP: 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ At. Bianca G. Paschoal Departamento: Gerência Operacional Telefone: (21) 3814-3814 Fac-símile: (21) 3814-3872 E-mail: bianca@andima.com.br	BOVESPA Rua XV de Novembro CEP: 01013-001 São Paulo At. Nelson Barroso Telefone: (11) 3233- Fac-símile: (11) 3233- E-mail: gre@bovespa.com.br



Câmara de
Liquidação

CBLC
Rua XV de Novembro, nº 275
CEP: 01013-001 – São Paulo – SP
At. Sr. Luiz Felipe Paiva
Departamento: Supervisão de
Processos de Custódia
Telefone: (11) 3233-2193/2317
Fac-símile: (11) 3233-2059
E-mail: lpaiva@cblc.com.br
mfonseca@cblc.com.br
lsouza@cblc.com.br

CETIP
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000, São Paulo – SP
At. Sr. Fábio Benites
Departamento: Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1664
E-mail: fbenites@cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das disposições

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



10.7. Lei Aplicável

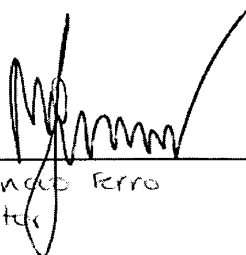
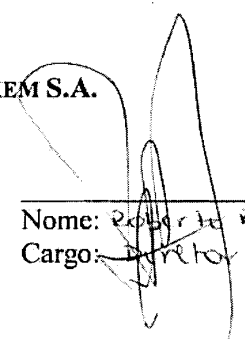
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

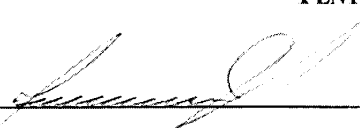
10.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

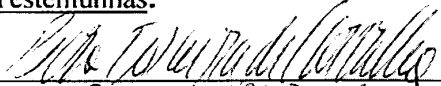
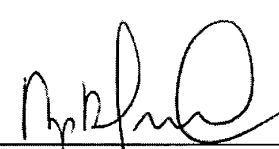
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 13 de maio de 2005

	
BRASKEM S.A.	
Nome: <u>Mauricio Ferro</u>	Nome: <u>Roberto Ramos</u>
Cargo: <u>Diretor</u>	Cargo: <u>Diretor</u>

	
PENTÁGONO S.A. - DTVM	
Nome: <u>Mauricio da Costa Ribeiro</u>	Nome: _____
Cargo: <u>Diretor</u>	Cargo: _____

Testemunhas:

	
Nome: <u>PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO</u>	Nome: <u>Alexandre Petazzo de Almeida</u>
RG: <u>24070331-1</u>	RG: <u>05.300.781-63</u>
CPF: <u>258.71.6478-80</u>	CPF: <u>641.913.625-34</u>

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/05/2005
JUCEB SOB Nº ED000264000
Protocolo: 05/112576-5
Empresa: 29 3 0000693 9
BRASKEM S/A

LAFAYETTE PONDÉ FILHO
SECRETARIO-GERAL

